



## VIOLÊNCIA ESCOLAR: as diversas expressões da violência e as políticas de contenção nas escolas públicas municipais de Itaberaba

Meire Pereira Checa<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo trata das expressões de violência nas escolas. Apresenta abordagem teórica explicativa da violência estrutural, social, cultural, econômica, a naturalização da violência, a simbólica e a crise de autoridade docente a fim de favorecer a compreensão do fenômeno recorrente no cotidiano escolar. A metodologia utilizada na pesquisa é qualitativa por meio do método de estudo de caso das escolas de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental II, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaberaba. O instrumento constou de quatro roteiros de entrevistas aplicados a: três Diretoras, a Coordenadora de Gestão e Organização de Ensino, uma Conselheira Tutelar e um Policial Militar e na análise de documentos. Os resultados apontam violências e o apoio do Conselho Tutelar e Polícia Militar na solução dos problemas enfrentados pelas Diretoras. E trás indicativos da necessidade de implantar políticas públicas para minimizar estas manifestações

**Palavras-chave:** Violência escolar; Escola; Políticas públicas; Jovem.

### INTRODUÇÃO

A eclosão da violência escolar é objeto de inúmeras pesquisas nos grandes centros, porém, a manifestação de diversas violências vem ocorrendo em cidades de menor porte, e, se faz necessário revelar esse fenômeno. Waiselfisz (2011) no recente estudo de mapeamento da violência em jovens aponta a interiorização e o espalhamento da violência, em especial, onde há menor presença do Estado e, conseqüentemente, indica a necessidade de incrementar políticas públicas para enfrentar a questão. O dado converge com a percepção de maior recorrência da violência no âmbito escolar. No discurso de discentes que já exercem a docência, em escolas no município de Itaberaba, manifestam insatisfação diante de agressões verbais, ameaças e indisciplina de alunos dirigida a eles na Disciplina de Psicologia da Educação, do curso de Pedagogia, do Departamento de Educação, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Portanto é importante desvelar as expressões de violências com o intuito de compreender essas manifestações. Assim, o problema que norteia este artigo diz respeito a: quais expressões de violências estão presentes no cotidiano das escolas públicas municipais de Itaberaba?

---

<sup>1</sup> Graduação e Licenciatura em Psicologia (FMU), Especialização em Psicologia Educacional (PUC) e Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (UNEB). É Professora Assistente na Universidade do Estado da Bahia e leciona a disciplina Psicologia da Educação. Tem experiência na área de Psicologia Escolar e Educacional. Atualmente desenvolve pesquisa sobre Violência Escolar e trata dos seguintes temas: jovens, escola, bullying, violência escolar, políticas públicas.

A hipótese é que há diversas expressões de violência nas escolas de Itaberaba e que vem aumentando a recorrência nas unidades escolares. Para responder a questão realizou-se uma pesquisa qualitativa através do estudo de caso na Rede de Escolas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaberaba (SEMEC) aplicando quatro roteiros de entrevista a três Diretoras, a Coordenadora de Gestão e Organização de Ensino, uma Conselheira Tutelar e um Policial Militar. Também na pesquisa ocorreu a análise de documentos obtidos no Conselho Tutelar e na Ronda Escolar.

As entrevistadas desvelam as violências no cotidiano escolar, bem como a forma que buscam enfrentar esse problema. Os objetivos delineados na pesquisa dizem respeito à identificação das expressões de violência recorrentes nas escolas; perceber as soluções internas que as Diretoras adotam nas escolas para lidar com o problema da violência e; elencar as formas externas que as Gestoras recorrem como alternativa na resolução do fenômeno. Assim se explora as manifestações de violência e as iniciativas utilizadas para resolução desse conflito social.

## DESENVOLVIMENTO

A violência escolar apresenta inúmeros conceitos na literatura da área e, por ora se ressalta a contribuição de Abramovay e Avancini (2004, p. 09) sobre violência quando dizem [...] “todo o ato que implica a ruptura de um nexo causal pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade de relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito.”

Neste sentido, a violência seria o momento que deixa de existir a negociação entre as pessoas no exercício do convívio social pela via diplomática para resolução de conflitos e, há uma imposição da ação de um sobre o outro. Laterman (2000, p. 26) acrescenta que “[...] A violência tem um papel e um significado próprio em cada situação social. E expressa, por sua vez, os valores, contradições e modos de vida de cada sociedade.” Destaca o entendimento de caráter múltiplo e único da violência dentro de cada sociedade, não cabendo um conceito universal devido ao sentido que lhe é atribuído e compartilhado, distintamente, nos grupos em diferentes contextos sociais.

Ademais, a violência pode ser entendida como agressão, incivilidade e indisciplina, bem como se manifesta de diversas ordens seja verbal, física, psicológica, cultural e simbólica. Na entrevista com a Diretora B (2010) da escola I da Rede Municipal a presença da violência é constante quando diz que:

Quando se fala de violência, aqui, na escola é complicado porque é o que nós mais temos. Nós tentamos [...] envolver eles em vários projetos [...]. Trazemos algo [...] para que eles diminuam essa violência porque já vem de casa. [...] Às vezes, ocorre alguma coisa no bairro entre eles. Eles vêm terminar aqui na escola é verbal, é físico, direto esse ano. Nós já começamos tentando amenizar porque eu já pedi logo um auxiliar de disciplina para estar sempre circulando nas salas, no recreio. [...] A violência, aqui, ocorre mais no recreio e na hora que eles vão brincar [...].

Neste relato a violência é posta como externa a escola e que adentraria o espaço escolar. Ainda é possível observar a manifestação de várias formas de violência por parte de

alunos e da própria escola ao utilizar como recurso para sua contenção o controle disciplinar. Portanto é necessário discorrer sobre as teses explicativas de violência que se aplicam a violência escolar referente à estrutural e a do capital para auxiliar a ampliar a compreensão desse problema. Em relação à violência estrutural compete ao Estado oferecer a população serviços sociais. Assim, o Estado deve disponibilizar inúmeros serviços tais como: escolas, hospitais, saneamento básico, habitação, alimentação, emprego, enfim que permita condições de uma vida digna a todos os cidadãos da sociedade civil. No entanto, na ausência da oferta de serviços públicos suficientes a demanda da sociedade civil emerge a violência estrutural. Infelizmente, a grande maioria da população não tem condições financeiras para custear a rede particular e depende, exclusivamente, dos serviços sociais oferecidos pelo Estado. Destarte que a maior parte da sociedade civil por não ter suas demandas atendidas não consegue manter uma qualidade de vida satisfatória permanecendo exposta a vulnerabilidade e, principalmente, sofre um processo de exclusão social<sup>2</sup>.

Outra tese explicativa de violência é a movida pelo capital e, em relação a essa questão se destaca a priorização do Estado em incrementar políticas públicas com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico ao invés de melhorar a oferta de serviços que beneficie a população. Assim há configuração da violência pelo investimento no desenvolvimento econômico em detrimento do social. A perspectiva do capital repercute no âmbito social e na própria escola, na medida em que o fracasso ou sucesso é visto como um mérito individual. Portanto, o individualismo é acentuado no capitalismo impregnando a relação de aproveitamento escolar e a idéia de sucesso social do indivíduo. Frigoto (2006, p.67) acentua a perspectiva individualista dentro do processo educacional ao dizer que:

[...] reforçar toda a perspectiva meritocrática dentro do processo escolar. Assim como no mundo da produção todos os homens são livres para ascenderem socialmente, e esta ascensão depende única e exclusivamente do esforço, da capacidade, da iniciativa, da administração racional dos seus recursos, no mundo escolar a não-aprendizagem, a evasão, a repetência são problemas individuais[...] a ótica positivista que a teoria do capital humano assume no âmbito econômico justifica as desigualdades de classe, por aspectos individuais; no âmbito educacional, igualmente mascara a gênese da desigualdade no acesso, no percurso e na qualidade de educação que tem as classes sociais.

Nesta dinâmica social prevalece uma visão de sujeito, extremamente, individualista, prevalecendo, sobretudo a idéia de ascensão social como esforço individual minimizando as diferenças presentes no âmbito social. O sujeito é mantido alienado diante da realidade de desigualdades sociais a qual pertence e que intervém profundamente em seu êxito. Na

---

<sup>2</sup> Não se deterá neste artigo a explicação dos sentidos atribuídos a exclusão social, mas cabe mencionar que há o entendimento da pluralidade de exclusões que podem ser entre outras de caráter, cultural, social religiosa. SAWAIA (2007) trata detidamente desta questão.

mesma direção, Cruz Neto e Moreira (1999, p. 34 e 35) expõem a violência estrutural ao dizer que:

[...] outra manifestação da violência, infligida por instituições clássicas da sociedade e que expressa, sobretudo, os esquemas de dominação de classe, grupos e do Estado: a violência estrutural. Exatamente por ser exercitada nas ações diárias de instituições consagradas por sua tradição e poder, esta forma de violência costuma ser considerada como algo natural que, na maioria das vezes, não é contestada, sob o pretexto da desestabilização da ordem social. O senso comum nem chega a compreendê-la como uma manifestação de violência, mas sim como pura e simples incompetência de governantes e responsáveis, ou até mesmo como uma maneira de gerenciar os conflitos sociais.

Os autores tanto quanto esclarecem a violência estrutural explicitam, também, a naturalização da violência que se refere à violência sofrida pelo sujeito que não consegue perceber que decorre da estrutura social e, no máximo, culpa a gestão incompetente. A exemplificação da naturalização da violência pode ser vista na ausência de vagas em escolas no bairro, de moradia do estudante pela insuficiência de unidades de ensino frente à demanda social. Este seria um caso típico da naturalização da violência porque para estudar impõe o deslocamento do educando a outro bairro e, no percurso para a escola o submete a riscos. Portanto, o aluno passa a vivenciar no seu cotidiano a situação de vulnerabilidade social<sup>3</sup>. A naturalização da violência pode ser vista na entrevista a Diretora C (2010) ao exemplificar o que ocorre na escola ao dizer que:

Nós temos a questão de violência verbal, não são os xingamentos entre alunos, às vezes, é pela rivalidade do próprio bairro principalmente porque recebemos a clientela do bairro X e alunos de outros bairros e nós percebemos que existe [...]. Agora, dentro da escola nós tentamos manter o máximo possível [...]. Nós temos esse momento com o aluno para poder tirar a questão da agressão, principalmente à agressão verbal e a física [...]. A violência verbal são xingamentos que acontecem fora da escola, que vêm parar dentro da escola, por exemplo: confusão de rua entre vizinhos. Eles não resolvem lá, e, vem pra dentro da escola. [...] Eles sentem que não estão sozinhos e aproveitam o momento para perguntar, para poder tirar satisfação um em relação ao outro. Para poder provocar o outro junto com outro grupo. Juntam os aliados para poder estar questionando, [...] para poder intimidar o outro [...]. Isso vem acontecendo com maior frequência [...]. A faixa etária que nós percebemos maior a questão de rivalidades é de 12 a 16 anos [...]. Fora a questão da adolescência é, também, a educação doméstica de pais; falta o acompanhamento dos pais. [...] aconteceu uma festa na cidade [...] É um público muito grande de adolescentes nas festas e [...] tem uma

---

<sup>3</sup> Enquanto está se expondo a vulnerabilidade negativa vivenciada por jovem relativo à educação, proteção social, nível de vida entre outra.

desavença na festa, [...] isso acontece tanto na cidade como na zona rural [...] tem uma festa em um determinado povoado. Sai um grupo de um determinado lugar e vai participar dessa festa. Tem uma desavença lá, e, isso vem causar problemas, aqui, na escola. Já teve e envolvem meninas, rapazes, pais de família [...] Eles tem essa questão da rivalidade entre eles. [...] os pais se envolvem nisso e acabam tendo intrigas entre pais e mães.

A diretora acentua a rivalidade de alunos motivada pelo trânsito e a frequência à escola daqueles que são de comunidades circunvizinhas. O desentendimento repercute em toda a comunidade e o aluno do bairro age como se a escola pertence-se aquela comunidade devido ao prédio escolar estar naquele espaço e não tolera a presença de estudantes de outras localidades. Ao mesmo tempo, a Diretora aborda a violência cultural através da negação dos padrões de condutas do aluno por serem incompatíveis ao grupo social dos atores da escola. Entretanto, o estudante se reconhece nos valores pertencentes aquela comunidade e a de seus pais surgindo na relação professor aluno e escola comunidade o estranhamento dos atores escolar ao público que educam.

Candau, Lucinda e Nascimento (2001) enfatizam a naturalização de comportamentos violentos na cultura de massas que além da estrutural há a cultural que gera uma cultura do medo, do inimigo, sobretudo, se pertence à diferente universo cultural e social. O medo desencadeia uma dinâmica da violência no cotidiano de insegurança no âmbito escolar vista pelo fortalecimento em medidas de segurança. Isso acaba comprometendo a qualidade da interação educativa. Além da segurança no prédio escolar adota soluções aplicadas, também a indisciplina freqüente dos alunos. Essa questão pode ser vista nas escolas municipais por meio das alternativas encontradas para enfrentar os conflitos que se manifestam nas unidades conforme a Diretora B (2010) ao colocar que:

[...] esse auxiliar de disciplina que nós trouxemos agora [...] está nos ajudando bastante desde o ano passado. [...] que ele está aqui e [...] Conversas, Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar tem nos ajudado bastante. Nós chamamos, mandamos irem a casa conversar com os pais, trazendo a família para a escola, pra ver de que forma podemos amenizar. Nós procuramos o Conselho Tutelar e, também, tem a promotoria que nos ajudam bastante.

Observa a busca em inserir recursos a fim de garantir controle sobre o comportamento de indisciplina dos alunos no ambiente. O papel de socialização da escola não vem alcançando sucesso devido às mudanças dos alunos. Eles não têm o mesmo comportamento que, anteriormente, e a escola não sabe como lidar com a conduta dos alunos, que não respeitam as regras de submissão impostas pela escola. Candau, Lucinda e Nascimento (2001, p.70) discutem a questão do enfrentamento da violência ao dizer que:

[...] aponta a complexidade dos caminhos possíveis para o enfrentamento da questão da violência, dada sua abrangência. A ela, estão associados tantos fatores que se referem a um nível mais amplo-social, político, histórico e cultural- como fatores mais específicos, que passam pelos currículos, pelas relações que se dão no interior da escola, pelo julgamento escolar.

A menção dos inúmeros fatores que levam a manifestação de diversas violências desde questões sociais as mais intrínsecas a estrutura escolar e, também as interações internas sociais na escola causa um rompimento na persistência em atribuir a violência somente sendo de origem externa ao espaço escolar. Dessa forma sobressai por parte da escola a violência social e cultural ao aluno. Por outro lado, na entrevista a Diretora B aponta insatisfação com a atividade docente na escola ao dizer que:

[...]. A indisciplina de 5ª a 8ª se falando do ano passado [...] melhorou. Mais já foi bem pior aqui. Bem pior de aluno não querer assistir a aula. Nós estávamos com um sério problema tanto que no ano passado eu perguntei: gente será que esses meninos não têm estímulo para assistir a aula? Será que somos nós, ou seja, porque eu também sou professora, ou serão os alunos? Vamos tentar fazer uma aula mais motivadora pra [...] ver como é que nós tentamos acalmar esses meninos. Chamar a atenção deles pra que eles, realmente, fiquem ou então venham em outro dia [...].

Há certo reconhecimento da Diretora que os professores precisam alterar o próprio trabalho escolar para que os alunos sejam mobilizados a participar das atividades da escola e, conseqüentemente, aprender. Sobre essa questão Aquino (1996) acentua que houve uma ruptura nos padrões sociais e nos valores tradicionais que, por sua vez, não foram repostos. Assim o professor não é mais visto como figura de autoridade a ser respeitada. Na ausência de reposição de valores na sociedade que se sobreponham aos anteriores os jovens, principalmente, estabelecem no seu grupo novas normas de condutas que nem sempre são aceitas no âmbito social.

A escola revela, por sua vez, que é produtora de violência ao não aceitar os valores e as normas de conduta da cultura proveniente da realidade do aluno e que difere do perfil de aluno almejado pela escola. A expectativa dos atores da escola é que o aluno ao se inserir no ambiente escolar se adéqüe as normas nela vigente o que caracteriza a violência simbólica. Em relação à violência simbólica Bourdieu e Passeron (2008, p.53) dizem que:

Enquanto imposição arbitrária de um arbitrário cultural que supõe AuP, isto é, uma delegação de autoridade [...], a qual implica que a instância pedagógica reproduza os princípios do arbitrário cultural, imposto por um grupo ou uma classe como digno de ser reproduzido, tanto por sua existência quanto pelo fato de delegar a uma instância a autoridade dispensável para reproduzi-lo [...], a AP implica o trabalho pedagógico (TP) como trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um habitus como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da AP e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado.

No exercício de perpetuar a prática pedagógica e na inculcação dos atores da educação aos alunos nem todos se adaptam ao padrão de normas e condutas da escola. Assim, muitos alunos acabam por se autoexcluir da escola ao não conseguirem se adequar as regras imposta na escolaridade formal o que configuraria a legitimação da cultura escolar. Portanto, a violência simbólica produzida pela escola tem o caráter sutil e é exercida pelos professores, em geral, no desmerecimento ao aluno. Por outro lado, é

perceptível a crise de autoridade docente devido aos alunos não aceitarem mais a prática docente autoritária e impositiva desencadeando um conflito entre discente e professor. Isso pode ser verificado em diversas fugas de alunos das aulas. A questão ainda está expressa na ênfase da entrevista da Diretora B (2010) ao dizer que:

Em relação à indisciplina [...] os alunos que faltam demais. Nós procuramos chamar a família. A família não resolve, aí, nós corremos ao Conselho Tutelar e encaminhamos a promotoria porque nós sabemos que criança não pode ficar fora da escola. A Ronda Escolar passa duas vezes na escola uma vez pela manhã e uma vez pela tarde. Ajuda porque quando eles chegam [...] eu peço e eles passam nas salas, apresento-os aos meninos na maior tranqüilidade. Eles ficam um pouquinho no pátio e depois saem. Quando nós precisamos em eventos aqui, também, na escola nós chamamos a Ronda porque [...] como o muro é baixo os alunos do bairro acabam pulando.

Destaca as faltas e, nesse sentido, é solicitada a presença do Conselho Tutelar a fim de monitorar os pais de alunos faltosos convocando a responsabilidade em acompanhar a frequência dos filhos na escola. Por um lado, a presença do Conselho Tutelar representa a garantia de adolescentes e jovens ao estudo e, por outro, a Ronda Escolar atua na intimidação e controle dos alunos a permanecer no espaço escolar, bem como garante a segurança na escola. Ressalta a Lei 8.069 que se refere ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) que diz;

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. ART. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. [...] ART. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (1990, p. 07 e 08)

O Conselho Tutelar é órgão instituído para fazer valer os direitos e deveres de crianças e adolescentes e, no caso, inclui o estudo. Portanto, se o aluno abandona e/ou falta com regularidade às aulas, a escola realiza o registro na Ficha de Acompanhamento de Aluno Infrequente (FICAI) e comunica ao Conselho Tutelar para averiguação. Já a Ronda Escolar é um recurso que a Diretora usa com o intuito de coibir a invasão de pessoas à escola devido à baixa altura do muro que não evita a saída e entrada indevidas. Ao mesmo tempo reprime os alunos quando a Diretora circula junto aos policiais na escola. Essa medida é uma forma de aumentar a segurança no espaço escolar na medida em que o outro é visto como inimigo.

A Coordenadoria de Gestão e Gerente e Organização de Ensino (2010) menciona os problemas de violência nas escolas ao expor “De modo geral a falta de limites, não respeita os colegas, não respeita os professores, [...] isso gera violência, briga entre colegas.” Assim as agressões de ordem física e verbal são de conhecimento da SEMEC, mas, as atitudes são categoricamente tomadas na própria unidade escolar. Isso é passível de constatar quando a

Coordenadora (2010) foi indagada sobre quais as questões de violências que são levadas para a Secretaria de Educação coloca que:

[...] Normalmente resolve por lá [...] um caso mais extremo, teve um aluno que queria furar outro. Foi no dia do estudante [...] uma equipe que tinha terminado de chegar ao lugar do ensino quando se deparou com um aluno querendo furar outro [...] um se escondeu dentro da direção, aí o outro foi [...] Porque o outro estava mesmo decidido a furar o colega com a faca, mais de modo geral são brigas assim: desrespeito ao colega, e com o professor também [...] respondendo.

É enfatizado no depoimento que a decisão para solucionar as situações de violência nas escolas é tomada na própria unidade. Por sua vez, as Diretoras relatam que buscam contornar os conflitos com conversas e diálogos com os alunos e pais na escola e a depender da situação solicitam a presença do Conselho Tutelar e da Ronda Escolar como recursos que dispõem para resolver as diversas situações de violência no âmbito escolar. A intensidade da participação do Conselho Tutelar e da Ronda Escolar em agir diante dos conflitos relativos à violência nas escolas evidencia o apoio fundamental de ambos as Diretoras. Tanto o Conselho Tutelar quanto a Ronda Escolar tem uma atuação freqüente na mediação de conflitos nas escolas e, portanto caracterizam políticas públicas de contenção as violências externas a SEMEC. Assim assumi caráter essencial apresentar os dados do documento do atendimento do Conselho Tutelar a violência nas escolas no ano letivo de 2010. Este documento evidencia a realização de um total de quinhentos e setenta e cinco (575) tipos de atendimentos a crianças e adolescentes nas escolas discriminados na tabela exposta abaixo:

**Tabela 1** – Acompanhamento do Conselho Tutelar nas Escolas no período de 2010 a 04/2011

<b>Tipo de Violência</b>	<b>Total</b>
Palestras	65
Violência Física	55
Violência Psicológica	40
Bullying	25
Indisciplina	105
Evasão Escolar	56
Matrícula Escolar	75
Acompanhamento Psicológico	120
Ficha de Acompanhamento de aluno Infreqüente (FICAI)	32
Tentativa de Abuso Sexual	03
Total de violências	575

**FONTE** – CONSELHO TUTELAR DE ITABERABA

Destarte que a atuação incide sobre situações pertinentes ao âmbito escolar acentuando a quantidade expressiva de acompanhamentos prestados pelo órgão num período de pouco mais de um ano. No Conselho Tutelar os atendimentos envolvem



questões delicadas onde a solução exclusivamente pedagógica pela direção escolar não é cabível correndo o risco de prejudicar mais o aluno, sobretudo, em caso de agressão e abuso sexual<sup>4</sup> de familiares a criança ou adolescente. Os dados são preocupantes porque revelam violências específicas a população infanto-juvenil que deveria ter resguardada sua integridade física e psicológica e que, portanto, poderá repercutir no desenvolvimento integral. Há expectativa social e contemplada no ECA é que estas crianças e jovens invistam sua energia no seu pleno desenvolvimento, que permaneçam em processo de aprendizagem na escolaridade formal. Contudo diante do relatório do Conselho Tutelar vê-se que a garantia dos direitos infanto-juvenil está, significativamente, comprometida. A Conselheira destaca na entrevista as situações que o conselho intervém e o trabalho intenso que vem desenvolvendo nas escolas ao dizer que:

Estamos presentes nas escolas aqui no município, sempre por que sempre há solicitações. Nós sempre estamos fazendo visitas por um vizinho ou, por um cliente da própria escola ou, a diretora ou, professor ou, pai vem nos procurar sempre nas escolas. O ano passado pra nós então, [...] sempre eu estou junto, quando não estou, elas estão presente nunca deixam de participar de nenhum dos chamados das escolas. O ano passado foi tremendo a presença do Conselho Tutelar nas escolas. Foi absurda porque nós já estamos aqui há algum tempo no conselho. Nós estamos sempre nas escolas, mas não tão freqüente como o ano passado.

A ênfase do depoimento da Conselheira Tutelar deve-se ao aumento de ocorrência que tiveram no ano de dois mil e dez advindas das escolas. Essa afirmativa da Conselheira reafirma a pesquisa de violência escolar no município e a incidência desse fenômeno não se concentra apenas em grandes centros.

Já o documento fornecido pela Ronda Escolar foi extremamente relevante porque trouxe informações dos tipos de ocorrências no qual a Polícia Militar é solicitada a atender nas escolas do município de Itaberaba. As questões a PM envolveu um esclarecimento da atuação deles junto às escolas. Nesse sentido o Policial Militar (2011) expôs que:

Nós temos Ronda Escolar de manhã das 07h00hs as 13h00hs e das 13h00hs as 19h00hs. O resultado é um trabalho preventivo, passa nas escolas onde o trabalho é feito com duas motos, normalmente, é uma dupla que faz contatos com as Diretoras, Vice-Diretoras e Professores para evitar a entrada de drogas e a violência dentro da escola. [...] quando acontece algo em outra escola, naquele momento [...] caso de violência é acionado a Ronda Escolar [...] para atender aquele problema através do telefone 190 que é emergencial. Mas normalmente deixamos bem claro que a função da polícia militar não é cuidar da indisciplina do aluno com o professor, o nosso trabalho é evitar a violência de qualquer

---

<sup>4</sup> Não se debruçará no esclarecimento dessa questão e faz-se a indicação do Projeto Escola que Protege (SECAD).

tipo dentro da escola, principalmente, tráfico de drogas e uso de drogas dentro da escola.

A rotina de trabalho da Ronda Escolar atua com a finalidade preventiva no tocante a evitar as drogas e a violência no âmbito das escolas. O caráter preventivo destacado é garantido na circulação dos Policiais da Ronda no entorno das escolas afugentando os traficantes e aqueles que estejam com intenção de provocar confusões nas imediações, ou mesmo, no espaço escolar. Assim, a reconhecida autoridade dos policiais proporciona proteção e minimiza os problemas na escola. Entretanto, a ação tem efeito momentâneo, mas não fornece uma solução efetiva aos problemas de violência recorrentes. A discussão desenvolvida até o momento permite apontar a lacuna na ausência de alternativa de melhorias, sobretudo, de perspectivas de vida as comunidades e aos jovens. É fundamental elaborar e implantar programas de ações de cunho social para que haja uma mudança desta realidade social e que acaba por afligir os atores escolares e comprometer o processo educativo.

A Ronda Escolar atende as solicitações que são realizadas, em geral, por atores da unidade escolar e os encaminhamentos explicitam as expressões de violência que partem de alunos e ex-alunos dos quais incluem ameaças, agressões verbais e físicas, indisciplina, roubos, furtos, porte ilegal de arma de fogo, vandalismo, desordem e apedrejamento ao prédio escolar. A seguir na tabela II apresenta as expressões de violências no qual a Ronda Escolar foi acionada.

**Tabela 2-** Quantidade e tipos de ocorrências atendidas pela Ronda Escolar nas escolas da cidade de Itaberaba/ 2010

	<b>TIPO DE OCORRÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	
<b>FONTE-</b>	Agressões	17	11°
	Indisciplina	13	
	Vandalismo	09	
	Ameaças	08	
	Furto	02	
	Roubo	01	
	Porte ilegal de arma de fogo	01	
	<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	

BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

A participação da Ronda Escolar na resolução dos problemas de violências nas escolas são, em geral, transgressões e dependendo do caso há encaminhamento do aluno a delegacia comum, pois no município de Itaberaba não existe a Delegacia do Adolescente Infrator (DAÍ). Assim os casos que envolvem a Polícia Militar tratam de situações que escapam a resolução interna na unidade escolar e está relacionada à segurança. Acentua a significativa incidência de violência nas escolas sendo que do total de cinquenta e três

ocorrências apresentadas na tabela, vinte e três decorreram de cinco unidades de Series Finais da Rede Municipal. Assinala que prevalece a perspectiva de criminalização de adolescentes e jovens. Waiselfisz (2011, p. 06) revela o fenômeno da violência no interior dos Estados ao dizer que:

[...] os dados também indicam que ainda nos encontramos em uma situação de equilíbrio instável. Esses notórios avanços na contenção da violência homicida estão sendo contrabalançados por fortes crescimentos em outras áreas, num movimento rumo às cidades do interior, que o estudo identifica como *interiorização*. Ou também rumo a Estados até o momento considerados de baixo ou médio potencial, num processo que o trabalho denomina *espalhamento*. Em ambos os casos, a resultante foi um deslocamento dos pólos dinâmicos da violência rumo a locais com menor presença do Estado na área de segurança pública. É inegável que essa situação de equilíbrio instável vai exigir esforços redobrados tanto dos Governos quanto da sociedade civil, no sentido de também *interiorizar* e *espalhar* as políticas de contenção e enfrentamento da violência.

A constatação de aumento da violência num processo de interiorização desperta a urgência em desvelar o fenômeno nos municípios do interior para implantar políticas públicas que atue no sentido da contenção desse fenômeno. Os documentos revelam numericamente os atendimentos das ocorrências de violência apenas no âmbito escolar e que já alerta a demanda importante para que o município busque elaborar e implantar programas de ações voltadas para os jovens com a finalidade de diminuir as expressões de violências.

É fundamental desconstruir esse perfil do jovem e incrementar políticas públicas preventivas ao invés de punitivas e repressivas. Iniciativas de prevenção merecem ser adotadas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Itaberaba (SEMED) envolvendo os atores da comunidade escolar que vivenciam o cotidiano escolar.

## CONSIDERAÇÕES

Há diversas manifestações de violência no âmbito das escolas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaberaba (SEMEC), sobretudo, nas escolas de Ensino Fundamental II e/ou Séries Finais, claramente, identificadas pelas Diretoras entrevistadas. As soluções aos episódios nas escolas permitem destacar que as políticas públicas existentes são externas a instituição advindas da Polícia Militar relativa à segurança através da intimidação e a repressão as atividades ilícitas na escola e no entorno. Por outro lado, a ações de amparo legal e social aos alunos que estão sofrendo negligência, maus tratos, abuso sexual ou agressões físicas são acompanhados pelo Conselho Tutelar. Portanto representa uma política pública, também, de origem externa a instituição de ensino decorrente do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir os direitos e deveres de adolescentes e jovens.

A gravidade do problema social da violência de ordem mundial, nacional, estadual e, também, municipal não pode ser ignorada e cabe as instituições competentes lidar diretamente com a busca de soluções para sua contenção. Registra-se, sobretudo, o

aumento da violência nas escolas no município destacado pelas conselheiras e que compactua com a literatura relativa a mapear a violência nos jovens.

Destarte que as violências que ocorrem nas escolas deveriam servir como instrumento de análise da demanda da comunidade escolar para a construção de políticas públicas preventivas adequadas à realidade local para contenção das manifestações na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itaberaba (SEMEC). Assim é necessária a construção de alternativas internas a SEMEC que tenham enquanto objetivo a contenção do problema da violência recorrente nas escolas.

A escola disponibilizar o espaço escolar para promover o desenvolvimento de inúmeras atividades de lazer, de cultura e outras contribuiria para beneficiar a população periférica e, ao mesmo tempo, reconstruiria a importância da instituição para a comunidade. Nesse sentido a escolas, de fato, estaria colaborando com a organização da comunidade em busca de suas necessidades e de mudança significativa de sua realidade. Inúmeras experiências vêm sendo realizadas em várias cidades, em diferentes Estados a fim criar alternativas para superação do problema das expressões de violências, assim, compete implementar ações cabíveis a região de Itaberaba.

## REFERENCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; AVANCINI, Marta F. *A violência e a escola: o caso Brasil*. 2004. Disponível em: <<http://www.coav.org.br>>. Acesso em: 1 abr. 2008.
- AQUINO, J.G. A violência escolar e a crise de autoridade docente. *Caderno Cedes*, Campinas, v.19, n.47, 1998. Disponível em: <<http://www.boletimef.org>>. Acesso em: 18 jul. 2008.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990): Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2001.
- CANAU, Vera Maria; NASCIMENTO, Maria das Graças; LUCINDA, Maria da Conceição. *Escola e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 4. ed, n. 1, p. 33-52, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 abr. 2008.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LATERMAN, Ilana. *Violência e Incivilidade na escola: nem vítimas, nem culpados*. Santa Catarina, Florianópolis, Letras Contemporâneas, *COLEÇÃO TESES*, vol. XI, 2000.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. 2011. Disponível em: <<http://www.sangari.com>>. Acesso em: 13 jun. 2011.

**ABSTRACT-**

The paper deals with various expressions of violence in schools. Presents theoretical approach explaining the structural violence, social, cultural, economic, naturalization of violence, the symbolic and the crisis of teacher authority in order to promote understanding of the recurring phenomenon in school life. The methodology used in qualitative research is through the method of case study schools of 6 to 9 years of elementary school II, City Department of Education and Culture Itaberaba. The instrument consisted of four interviews applied to routes: three Directors, the Coordinator of Management and Organization of Education, a Child Protection Adviser and a Military Police and document analysis. The results point to several violence and support the Guardian Council and the Military Police in solving the problems faced by Directors, as well as behind indicate the need to implement public policies aimed at minimizing these events.

Keywords-Violence, School Violence, School, Public Policy, Young.

**Recebido em 17 de junho de 2011; aprovado em 25 de julho de 2011.**